

# Fim da imunidade preocupa

Brasília – Márcia Gouthier

LUIZ ORLANDO CARNEIRO E  
VILMA SILVEIRA

BRASÍLIA – O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) renuncia hoje ao mandato e já está preocupado com a perda da imunidade parlamentar. Ontem, o senador determinou a seus advogados que façam um levantamento de quantos e quais processos existem contra ele no Supremo Tribunal Federal (STF).

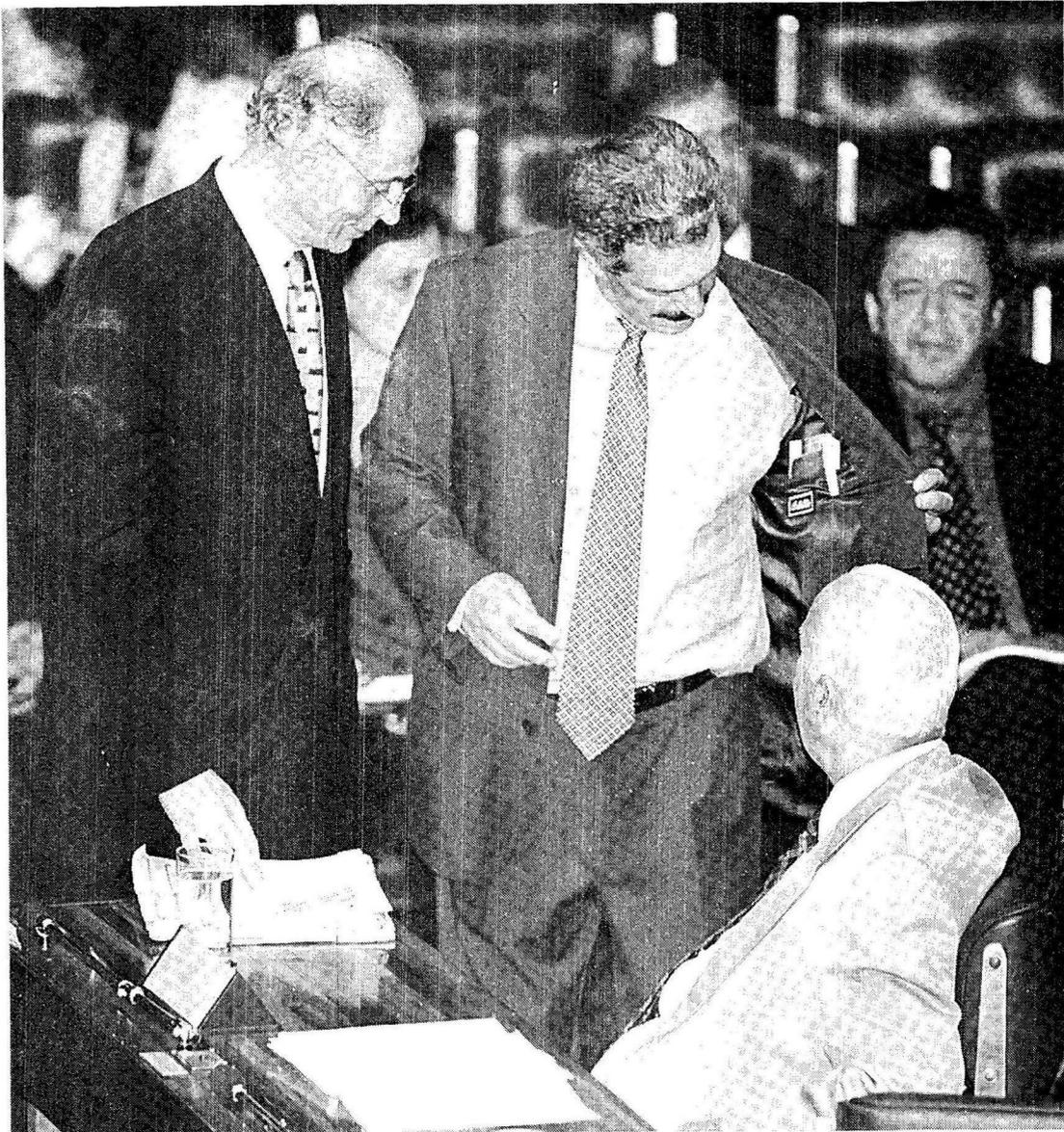
Antonio Carlos reuniu pela manhã os advogados Luiz Vicente Cernicchiaro e Arthur Castilho para tratar do *day after*. Com a renúncia, acaba o foro privilegiado de ACM que a partir de agora poderá enfrentar processo feito por qualquer integrante do Ministério Público. Apesar disso, o senador tem comentado que não se sentirá tolhido pela falta de imunidade parlamentar em suas críticas ao governo federal.

Na véspera do dia que marcará a história do país, com a renúncia de um dos políticos mais poderosos nos últimos 50 anos, ACM deixou o apartamento funcional em seu horário habitual - depois do almoço - e seguiu para o Senado.

Às portas do Congresso, um grupo de manifestantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) impediu, por alguns minutos, que o carro oficial que transportava ACM seguisse caminho. Os manifestantes avançaram sobre o carro e gritaram: "Vai embora, vai embora". ACM só conseguiu se livrar dos protestos depois que policiais desobstruíram o caminho.

Sobre os ataques, Antonio Carlos disse: "Depende do ouvido. Se a pessoa quiser ouvir contundente, ouve. Se quiser ouvir serenamente, ouve". Já no plenário, onde entrará hoje pela última vez nesse mandato, ACM se cercou dos amigos baianos: os senadores Waldeck Onellas e Paulo Souto e o deputado José Aleluia.

Dos inquéritos existentes no STF contra Antonio Carlos Magalhães oriundos de seu destempero verbal, (muitos outros foram ar-



Na véspera da despedida, Antonio Carlos conversa com Tuma, ao centro, e Suplicy no plenário

quivados) os mais recentes foram provocados pelo atual ministro dos Transportes, Eliseu Padilha e pelo ex-diretor da Área Internacional do Banco do Brasil, Ricardo Sérgio de Oliveira.

A queixa-crime por ofensa à honra do ministro dos Transportes teve como causa entrevista do senador renunciante ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 16 de fevereiro, referindo-se a Eliseu Padilha como Eliseu "Quadrilha". Para Padilha, com o trocadilho, o senador baiano cometeu crime de injúria. Seu advogado pediu a condenação de Antonio Carlos Magalhães, de acordo com a Lei de Imprensa, e a publicação da decisão - que agora poderá ser sentença - na mesma

página do jornal em que foi publicada a entrevista.

Já o ex-diretor do Banco do Brasil foi acusado por ACM de ter recebido propina das empresas que formaram o consórcio Telemar. Sua queixa-crime é por calúnia, já que o senador o acusara de prática de crime previsto no Código Penal. No dia 6 de abril, o relator do inquérito no STF pediu ao Senado licença prévia para processar ACM. O pedido não chegou a ser votado.

Há ainda inquéritos contra o senador de iniciativa do advogado baiano Genaro de Oliveira (injúria e difamação), de março de 1995, e que se encontra na Procuradoria-Geral da República à espera de

parecer desde 27 de janeiro; e do deputado Jutahy Magalhães Junior (PSDB-BA), que também sentiu-se ofendido em sua honra, de 16 de março, aguardando parecer do Ministério Público desde 27 de janeiro do ano passado.

Todos esses processos - estejam no STF ou na Procuradoria da República - serão enviados à Justiça comum do Distrito Federal e da Bahia, dependendo da origem, com a renúncia de ACM ao seu mandato. O STF revogou, há dois anos a súmula que dava foro especial a parlamentar, mesmo tendo perdido o mandato. E suspendeu, para efeito de prescrição, os anos durante os quais o parlamentar esteve em exercício do mandato.